

Ata Circunstanciada da 3ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 16H54MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Está aberta a sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Max Maciel a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 2ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2024;

– Ata Sucinta da 3ª Sessão Extraordinária, realizada 6 de fevereiro de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Passo a presidência ao nosso nobre vice-presidente, deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu volto a esta tribuna para falar desse assunto gravíssimo que é a epidemia de dengue no Distrito Federal.

Eu já falei mais de uma vez desta tribuna que isso poderia ter sido evitado se tivesse sido feito o trabalho preventivo de combate a essa infestação no tempo em que deveria ter sido feito, nos meses de junho, julho, agosto e setembro. Infelizmente isso não foi feito. Quantas vezes nós dissemos que as pessoas teriam que ter sido contratadas ou mantidas aquelas que estavam contratadas para fazer esse combate? E, agora, nós estamos vendo o resultado.

A dengue é uma doença que existe no Brasil há pelo menos 40 anos. O transmissor é uma muriçoca. No Pará chamam de carapanã, no Maranhão chamam de muriçoca, aqui chamam de

mosquito e vai por aí. E vejam a realidade, a situação que vive este país, especialmente o Distrito Federal hoje. Portanto, espero que isso sirva de lição para que o governo, neste ano, combata a dengue no tempo certo para que em 2025 não estejamos vivendo a mesma situação que estamos vivendo hoje, dada a gravidade.

Pessoas estão morrendo, não são só 11. Pelo menos 40 pessoas já perderam a vida no Distrito Federal em função disso. Se uma vida vale muito, imaginem 40 vidas! As famílias enlutadas estão chorando em função dessas vidas que foram perdidas. É preciso que tenhamos noção exata do que está acontecendo.

O governo federal, o governo do presidente Lula, está liberando 194 mil doses de vacina. Mas eu quero dizer, ao vivo, na nossa TV Câmara Distrital, que a vacina não resolve, até porque ela só pode imunizar as pessoas entre 10 e 14 anos. Pessoa de idade – por exemplo, eu – não pode tomar a vacina. Portanto, vai imunizar, é bom, é o início, é o começo, mas não vai resolver. É preciso também que as pessoas, nas suas casas, ajudem nesse combate, afinal de contas 80% da contaminação se dá dentro de casa. Fica o alerta.

Dito isso, eu quero voltar a um assunto de que tratei desta tribuna no dia de ontem. Quero falar mais uma vez da campanha salarial dos vigilantes do Distrito Federal. A data-base é primeiro de janeiro, as companheiras e os companheiros estão sem o tíquete-alimentação em alguns postos, sem o reajuste de salário em todos os postos, as empresas estão ameaçando cortar o seguro de vida, tudo por birra do presidente do sindicato patronal, o senhor Luís Gustavo, que só pensa nele, não pensa no setor e que só pratica maldade contra os trabalhadores.

Os vigilantes farão uma nova assembleia no dia 21. Ontem e hoje, foram encaminhados ofícios a todos os tomadores de serviço, inclusive à Câmara Legislativa, comunicando que, se não sair uma proposta decente para ser apreciada em assembleia geral, a categoria irá paralisar as atividades. Os vigilantes fazem greve desde 1979 e só o fazem quando há um patrão insensível – que é o caso do Luís Gustavo –, quando há pessoas que não têm a dignidade de tratar a categoria com o respeito que ela merece.

A segurança privada é um dos setores mais importantes neste país hoje. Em todos os cantos existe vigilante, na Câmara Legislativa, em hospital, em indústria, em ministério, em bancos, no aeroporto, na rodoviária, em qualquer canto existe um vigilante. Ali está um homem e uma mulher integrantes da segurança privada. Eles só querem ser tratados com respeito. Espero que esse respeito venha por meio de uma proposta decente.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade ao Comunicado de Líderes, concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu resolvi vir à tribuna, porque, no ano passado, nós acompanhamos muito de perto a luta e a greve dos professores da educação básica aqui do Distrito Federal.

Esse foi um movimento importantíssimo de luta, e todas as conquistas que foram feitas, no ano passado, por essa categoria, aconteceram por conta dessa luta fundamental. Então, contou com o nosso apoio. Nós acompanhamos as assembleias dos professores. Nós estivemos encampando também a mobilização para que o governo abrisse a negociação em relação à pauta da greve.

Hoje está sendo realizado um ato na rodoviária, neste momento, pelo sindicato dos professores. Trata-se de uma mobilização da base dos professores, pedindo que o Governo do Distrito Federal cumpra aquilo que foi acordado na greve! Porque o governador assinou um compromisso para que a greve acabasse, mas há alguns pontos que não foram cumpridos, e os professores começaram a me mandá-los.

Um deles: nomeação dos aprovados no último concurso, inclusive cadastro reserva. Há uma carência de 9 mil profissionais na rede pública de saúde (*sic*). Mais uma promessa não foi cumprida. Como é que um governo assina um acordo com uma categoria, algo com fé pública, ampla divulgação, e não cumpre? Há uma carência de 9 mil profissionais que seriam nomeados para vagas imediatas e não foram.

Sobre a autorização para o pagamento de pecúnia da antiga licença-prêmio – a que muita gente faz jus – também recebemos denúncia e o combinado não está sendo cumprido pelo governo.

A Semana Pedagógica para os contratos temporários estava prevista no acordo, porque hoje quase 50% dos professores que estão em sala de aula na Secretaria de Educação são de contrato temporário. Esses vão ficar fora da Semana Pedagógica ou vão estar lá fazendo serviço voluntário, porque não vão receber pelo trabalho da Semana Pedagógica. Agora o governo diz que tem um estudo e alega que o contrato não pode ser pago, mas fez o acordo lá naquele contexto, com uma argumentação da procuradoria que é péssima nesse sentido. São 16 mil professores de contratação temporária, cerca de 50% de quem está em sala de aula.

A incorporação do auxílio-saúde aos aposentados, a um segmento. Há um grupo que não recebe. Isso também estava previsto. Pagamento de acordo para aqueles de contratos temporários com formação acadêmica: o governo também ia enviar o estudo, ia ter a discussão. Então, os professores de contratos temporários ganham o pior salário da categoria, porque o governo não cumpriu aquilo que estava previsto. E o último ponto é o aproveitamento de tempo de serviço de professores de contrato temporário, caso eles sejam nomeados como efetivos. O projeto de lei não chegou à Câmara Legislativa, a discussão não foi feita aqui. Essa incorporação também estava no acordo da greve.

Então, eu queria começar hoje a minha fala lamentando a postura do Governo do Distrito Federal, que assinou um acordo com uma categoria que é a maior categoria do serviço público do DF e não cumpriu todos esses pontos acordados. Isso é muito ruim, há demora para discussão, não se presta contas daquilo que não fez. Até se você não dá conta de executar aquilo que você propôs, você chama a categoria para conversar, para dialogar, e não é o caso.

Então, hoje o sindicato e os professores estão fazendo um ato, porque o governador não cumpriu aquilo que estava previsto no acordo da categoria. Eu queria deixar esse registro, repudiar essa postura do Governo do Distrito Federal e dizer para o governo que é preciso que haja o cumprimento do acordo, porque acordo selado – especialmente com uma categoria tão importante para a cidade – tem que ser cumprido.

Presidente, eu queria tratar de um outro tema aqui também que é de grande importância e movimenta muito a economia do Distrito Federal: o Carnaval. Está chegando o Carnaval. Cada um tem o seu estilo de curtir, de pular o Carnaval. Nós sabemos que é uma festa muito importante da cultura brasileira. É a festa que mais movimenta, em nível nacional, a cultura brasileira. Há cidades já lotadas de pessoas, porque o Carnaval já começou, inclusive o de Brasília também, e ele movimenta e muito a economia local.

Há uma série de blocos de Carnaval prevista para sair em diferentes regiões do DF, especialmente na região central. Teremos executado pela Secretaria de Cultura o circuito BSB Folia, que irá da Funarte até a Biblioteca Nacional e o Museu da República. É um circuito grande, com uma participação artística enorme. Haverá outros circuitos e blocos acontecendo por toda a cidade. Serão 4 dias de festa, de movimentação da economia da cidade, de protesto, porque o Carnaval também é um momento festivo de protesto.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para concluir, presidente.

No Carnaval, as pessoas colocam uma série de pautas. Lembramos de outros carnavais em que denunciávamos processos políticos que aconteciam neste país.

O Carnaval é a festa da criatividade, é a mobilização de grande parte da juventude brasileira, que vai para as ruas se divertir e festejar a cultura brasileira.

Eu queria pedir, encarecidamente, ao Governo do Distrito Federal, à Secretaria de Segurança Pública, à Polícia Militar do DF, que não use o *spray* de pimenta, este ingrediente não faz parte do Carnaval. O sorriso, a festa, a dança, o beijo na boca, a diversão fazem parte, mas o *spray* de pimenta, não! Infelizmente, o Carnaval de Brasília tem uma marca de todos os blocos serem desmobilizados com *spray* de pimenta. O *spray* de pimenta não é adereço do Carnaval. Então, eu queria pedir, encarecidamente, à Secretaria de Segurança Pública do DF que, na sua operação de Carnaval, não utilize o *spray* de pimenta da forma como utiliza contra os foliões.

Este ano, eu vi que os produtores da cidade organizaram o Carnaval mais cedo. Houve uma série de acordos com a Secretaria de Segurança. Ao final de um bloco, começa todo mundo a tossir, a passar mal, por causa do *spray* de pimenta que é utilizado. Isso sem acontecer, deputados, nenhum conflito, nenhum incidente.

As armas que os policiais utilizam – chamadas de não letais – não devem ser utilizadas para

esse tipo de desmobilização. O mais correto é a orientação, é os agentes públicos orientarem as pessoas naquele contexto; e não um Carnaval com repressão.

A marca da cidade – num movimento cultural tão importante, que tem feito a cidade crescer economicamente – não pode ser a marca da repressão, do *spray* de pimenta. Eu venho a esta tribuna, hoje, fazer esse apelo, especialmente à instituição que hoje faz a segurança mais ostensiva da cidade: a Polícia Militar.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, nós já estamos em clima de Carnaval aqui. Inclusive, quero começar meu pronunciamento também falando sobre ele.

O Deputado Fábio Félix lembrou bem que o Brasil tem muito orgulho de ser um país de um povo cultural, musical e alegre. O Carnaval talvez seja o momento mais democrático do compartilhamento dessa alegria. Por isso, é tão importante que ele também seja olhado como política pública e direito garantido.

Temos vários argumentos para defender o investimento no Carnaval. Alguns tentam distorcer, dizendo: “Vai investir por quê? Será que precisa?” Precisa. Precisa porque, primeiro, do ponto de vista econômico, faz todo o sentido.

Há vários estudos compilados da FGV, de universidades e do governo que mostram que, para cada 1 real investido na cultura – Presidente, V.Exa. é grande defensor da cultura e tem o mandato dedicado a essa causa – retornam em média 3 reais para o Estado, em forma de geração de emprego, de renda, de impostos, de várias oportunidades e de fomento à indústria criativa e a novos postos de trabalho. Do ponto de vista econômico, faz todo o sentido investir no Carnaval e na cultura.

Do ponto de vista cultural, também faz sentido investir no Carnaval, porque ele faz parte da identidade do povo brasileiro e é uma garantia de direitos. Ser alegre deve ser um direito que o Estado e o poder público precisam garantir.

No ano passado, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, fizemos o grande esforço, junto com vários parlamentares, de planejar melhor o Carnaval de Brasília porque temos uma certeza: o Distrito Federal tem potencial de realizar um dos maiores e mais potentes carnavais deste país. Para isso, o poder público precisa assumir a sua responsabilidade.

A Lei do Carnaval, aprovada por esta casa, determina a responsabilidade da Secretaria de Cultura com a festa, com os produtores culturais, com os artistas, com os trabalhadores, com os blocos e com as escolas de samba. Os desfiles precisam voltar a esta cidade, de forma organizada. A Secretaria de Cultura precisa cumprir o seu papel de discutir Carnaval e alegria como direitos culturais e não apenas sob a ótica da segurança pública.

Quero fazer mais um pedido ao Governo do Distrito Federal. Primeiro, que já iniciemos o processo de pensar nos próximos carnavais. Segundo, que daqui a 2 dias, quando a alegria tomar conta da rua, que não permitamos a tentativa, por parte do poder público, de negar o direito à alegria. Infelizmente, foi política pública durante algum tempo negar a alegria ao povo brasileiro.

O deputado Max Maciel dialoga muito sobre segurança e direito à cidade. Discutíamos muito isso, em vários fóruns. Alguns diziam o seguinte: “Para garantir segurança, é preciso tirar o jovem da rua, tirar o povo da rua”. Rebatemos essa informação. É preciso devolver a rua para a juventude. É preciso devolver a rua para o povo. É preciso devolver a rua para a alegria.

Que a Polícia Militar e as forças de segurança tenham total compreensão. Faço um apelo ao Governo do Distrito Federal, ao Ministério Público, a esta casa e ao conjunto dos atores: que possamos voltar a ter, nesta cidade, um Carnaval que também se expresse na rua, no movimento.

Neste ano, o Carnaval será um pouco diferente. Iniciativas de vários parlamentares, do nosso mandato, no esforço de criar – e é importante – as plataformas, para que possamos permitir também que, em um período curto do ano, as pessoas possam andar livremente pela rua, manifestando a sua diversidade e a sua alegria.

Eu quero, presidente, por fim, dizer que hoje visitei algumas escolas de manhã, porque os professores da rede pública voltaram. Hoje se inicia o processo de planejamento do ano letivo na rede

pública do Distrito Federal. Infelizmente, presidente, já com vários problemas. O primeiro é que vários pontos do acordo da greve...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu vou concluir.

Uma parte importante desse acordo, assinado pelo secretário da Casa Civil, pela secretária de educação, pelo secretário de planejamento, com os professores e professoras, no ano passado, não foi cumprida.

Primeiro item do acordo: nomeação imediata de todo o banco do concurso. Hoje nós temos, na rede pública de ensino, 14.917 cargos vagos de professores e professoras.

Isso significa dizer, deputado Rogério Morro da Cruz, que nós iniciaremos o ano letivo, para que não falte professor, com cerca de 15.000 professores na situação de contratos temporários. É mais da metade dos professores das escolas públicas.

Precisamos recompor isso, nomear, convocar os professores, conforme acordado com esta casa, acordado com uma categoria. O governo ainda não cumpriu isso.

Outro acordo é que esta é a semana de planejamento do ano letivo. Diante desta realidade assustadora, de mais da metade dos professores em contratação temporária, o acordo foi que os professores em contrato temporário possam, então, fazer parte da semana pedagógica, porque não se faz planejamento sem aqueles e aquelas que vão executá-lo. Não existe isso.

No último minuto, presidente, o governo usou uma manobra para dizer que não podia convocar os temporários. É mentira. Pode e já fez isso. Inclusive este governo, em 2021.

Em 2021, este governo chamou os temporários para a semana pedagógica. Então, se não pode hoje, ele cometeu uma ilegalidade no passado. Mas não cometeu não, porque é possível. Vários estados podem. Não fez porque não quis. Isso vai prejudicar, sem dúvida alguma, o ano letivo e o seu planejamento.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu vou concluir, neste próximo minuto, se me permite.

Há alguns outros problemas que nós já identificamos hoje.

Primeiro, há escolas lá em São Sebastião, meu nobre amigo, em que não há ninguém hoje. Há escolas em várias regionais em que todos os professores em regência de classe são temporários. Está só a direção. Não há planejamento para ser feito.

Segundo, o contrato de manutenção da Secretaria de Educação se encerrou no passado e não foi renovado. Várias escolas estão começando o ano letivo com problemas de pequenos ajustes e reparos de manutenção que não podem ser feitos, porque não foi paga a primeira parcela do PDAF. É mais um ano em que o governo permite que as escolas iniciem o ano letivo sem pagar a primeira parcela do PDAF e sem o contrato de manutenção.

Existem algumas escolas que não encerraram o ano letivo de 2023, porque não há profissionais na secretaria escolar. Não conseguiram fechar a nota. Várias escolas não conseguiram nem liberar o supervisor.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está acontecendo alguma coisa aí, porque estou ligando aqui... Tente de novo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Esse é o retrato, infelizmente, do início do ano letivo na rede pública. Por isso que agora está acontecendo um ato importante e necessário, da categoria dos professores e professoras, na rodoviária, para dialogar com a população. Porque, na escola pública, está a metade da população do Distrito Federal. Os professores estão atendendo a jovens, filhos dos brasilienses, para dialogar, pois vários dos problemas que vão acontecer, infelizmente, vamos ter que enfrentar durante o ano, de novo, e há um responsável, ou, nesse caso, um grande irresponsável: o Governo do Distrito Federal e a falta de gestão e de competência da Secretaria de Educação.

Infelizmente, presidente, vamos seguir mais um ano, deputado Rogério Morro da Cruz, cobrando todos os dias, para que a educação pública saia do discurso dos políticos. Na época da campanha, vira prioridade; na hora de (Falha na gravação.) acontecer.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, pelo PP.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, é PP e não PT.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Eu falei PP, que é da base do governo Lula.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas PP e PT se parecem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O PT é do Lula, o PP é da base do Lula.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Eu pensei em ficar calado, mas recebi de volta porque eu sabia que o senhor ia falar isso. Deixe-me falar: não é PP. Hoje é Progressistas, nº 11.

Presidente, boa tarde. Boa tarde, deputada Paula Belmonte, deputado Chico Vigilante, deputado Rogério Morro da Cruz, deputado Gabriel Magno, deputado Max Maciel, todos os servidores que estão aqui, imprensa e aqueles que assistem a nós pela TV Distrital.

Confesso, presidente, que estou bastante preocupado. A dengue está progredindo de forma assustadora. Assustadora! Fui dormir exatamente às 2 e meia da manhã tentando ajudar 2 pastores da minha igreja. Um deles era o administrador de Vicente Pires, Gilvando Galdino, cujas plaquetas estavam em 70 mil, e o outro, o Paulo Teixeira, que é o líder de missões, cujas plaquetas estavam em 26 mil. Portanto, eles já estavam precisando de uma UTI, que é um estado extremamente grave.

Então, tive que ir à UPA de Vicente Pires. Procurei ver a UPA de Ceilândia, fui dar uma olhada nas UPAs. Recebi relatórios hoje, deputado Chico Vigilante, no meu escritório, de amigos que foram ao Hospital Brasília e foram mandados de volta para casa para esperar o hospital esvaziar. Isso significa que essa doença, que está matando, está indo para o seu pico. Não estamos no pico dela. Portanto, há necessidade premente de todos nós unirmos as nossas forças para salvar as pessoas. Fui à UPA de Vicente Pires, que estava lotada, e a maioria das pessoas estava com dengue. Isso mostra que nós temos muita responsabilidade e temos que fazer todos os esforços.

Preocupo-me – não falo contra, de maneira nenhuma; não sou católico, sou evangélico; não pulo o Carnaval, mas reconheço todos aqueles de outras religiões, de outras denominações e espectros religiosos que pulam e brincam o Carnaval – com essas atividades em que o povo vai estar em um volume muito maior no meio da rua.

Peço, encarecidamente, deputados, que o governo instale estruturas que deem apoio a todas essas atividades para que, depois delas, não venhamos a ter outra explosão de dengue nesta cidade. Porque as pessoas vão estar extremamente expostas, milhares de pessoas vão estar na rua. Essa é uma preocupação que está me passando pela cabeça. Falo isso de coração, senhor presidente, não estou jogando contra quem pula Carnaval, não é isso.

Todo mundo sabe que eu não tenho concordância e não apoio isso, a minha ideologia é outra, sou um pastor e vivo na igreja, mas reconheço que essa é uma atividade da cidade que leva muita gente para a rua.

Então, eu peço, encarecidamente, ao Governo do Distrito Federal – sei que esta voz chegará a ele – que coloque as equipes médicas do SAMU nesses locais. Não sei onde, mas será em algum canto desse Carnaval. Que lá também haja uma estrutura de saúde para orientar. Vocês já pensaram: milhares de pessoas aglutinadas com todos nós vivendo perto do pico da dengue? Essa é só uma observação.

Peço mais uma vez ao Governo do Distrito Federal, ao nosso governador Ibaneis, ao nosso secretário de governo, doutor José Humberto, à nossa vice-governadora, Celina Leão, ao nosso secretário da Casa Civil, doutor Gustavo – com quem tenho falado constantemente e com quem acabei de falar –, que redobremos todos os esforços necessários – sei da responsabilidade dos senhores –, porque, neste momento, o importante é salvar vidas, é disso que nós precisamos.

Outrossim, senhor presidente, deixe-me falar alguns nomes aqui, porque a minha voz nesta tribuna, neste momento, também é a voz dos maiores líderes religiosos desta cidade. Vou dar alguns exemplos: pastor David Nassif, em Planaltina; pastor Lourival, em Sobradinho; pastor João Adair, na Catedral do Plano Piloto; pastor Gilson Campos, em Taguatinga; pastor Valdeci, em Brazlândia; pastor Egmar Tavares, no Gama; pastor Sebastião, em Luziânia; pastor Paulo Sampaio, em Planaltina de

Goiás; pastor Elton, no Itapoã; pastor Eduardo, na Estrutural; bispo Robson Rodovalho, líder da Sara Nossa Terra; bispo JB Carvalho, líder da Comunidade das Nações; pastor Orcival Xavier, que tem nesta casa um deputado que o representa, o deputado Iolando, da Assembleia de Deus de Missão. A igreja batista, que também se reúne nesse momento, representando todos os pastores.

Querido presidente, todos esses pastores e tantos mais que ainda não foram citados – alguns deles eu tenho a honra de também representá-los na sua totalidade, posto que sou um pastor – estarão neste Carnaval reunidos também. Reunidos onde? Nas suas igrejas ou nas suas estruturas. O Rodovalho, por exemplo, estará reunido na Arena, perto da Estrutural.

Nós iremos reunir toda a juventude evangélica do Distrito Federal em um momento de louvor, de adoração a Deus, da festa do espírito, da festa da concentração do espírito, da busca pela presença de Deus.

Nestes próximos dias Brasília será impactada com a presença de Deus na cidade. Seguramente nós também estaremos lá orando por cada um dos senhores, como nós fazemos toda segunda-feira aqui, na Praça dos Três Poderes. Eu e minha família nos reunimos e, fora da política, oramos por todos os ministros do Supremo Tribunal Federal, pelo presidente Lula, pela sua esposa Janja, pelos presidentes do Congresso, do Senado, da Câmara dos Deputados, pelo governador Ibaneis, pela vice-governadora Celina Leão, por todos os deputados.

Podem ter certeza de que Brasília estará cuidada no mundo espiritual, pois nós reuniremos, senhor presidente, milhares e milhares e milhares de jovens, nestes próximos 4 dias, em busca de Deus, em louvor e adoração a Deus, pedindo a Deus que venha com o socorro, que nos ajude, que ajude as nossas crianças que estão sendo sexualizadas, que estão sendo abusadas, que ajude as nossas mulheres que estão sendo vítimas de feminicídio, vítimas de ataque, vítimas de agressão. Como as mulheres têm sido desprezadas e desrespeitadas! Estaremos orando para que Deus cuide da família, a *celula mater* da sociedade, a família que cuida de Brasília, que cuida do Brasil e que sustenta esta nação de pé.

Deixo aqui esse recado e agradeço a todos os pastores que pediram que eu trouxesse essa palavra. Nos próximos 4 dias, Brasília será impactada com a presença do Espírito Santo. Diga-se de passagem, a igreja católica também se reunirá nesse Carnaval para realizar suas atividades espirituais. Essas igrejas preferem estar reunidas com a sua comunidade e, principalmente, com os seus jovens para um momento de adoração, de louvor e de busca da presença de Deus. Que todos eles sejam abençoados.

Que Deus abençoe Brasília, que Deus cuide de Brasília mais ainda. Eu sei que Deus tem cuidado, mas meu pedido é que as bênçãos de Deus, de forma extraordinária e abundante, sejam derramadas sobre Brasília, sobre os atores políticos, Executivo, Legislativo, Judiciário, e, de uma forma especial, sobre as nossas famílias – deputada Paula Belmonte, a senhora que tão bem representa as famílias nesta casa, mãe de 6 filhos, 1 menina, não é? Que Deus cuide de nossas famílias, abençoe Brasília e o Brasil.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, que Deus abençoe a todos nós, nos ilumine e traga luz para nossa consciência, para que cada vez mais esta casa legislativa, a casa que representa 100% da população do Distrito Federal, possa representar, trazer esperança e transformação. É por este motivo que nós estamos aqui: para auxiliar o Governo do Distrito Federal e fazer o melhor possível.

Nesse sentido, senhor presidente, eu quero externar que, infelizmente, a dengue não é só responsabilidade do governo. Nós sabemos disso, mas nós também entendemos que houve omissão de prevenção.

Estamos aqui, desde junho do ano passado, falando a respeito da necessidade de comprar reagente, de estruturar as UPAs, de fazer com que a limpeza pública do Distrito Federal seja realizada pelo SLU, mas, infelizmente, só agora estão fazendo isso! Isso evitaria mortes e mortes. Nós estamos falando de 11 pessoas, mas existem outras suspeitas de morte por dengue. Cada pessoa que morre é o amor de uma pessoa, é o amor de uma família. É muito sério, o que aconteceu.

Eu espero que esta casa legislativa, neste ano, esteja mais atenta para a prevenção da dengue – nós sabemos que, nesse período de chuva, ela sempre aumenta. A prevenção é essencial! Que

possamos auxiliar no que for preciso para estruturar as nossas UPAs e os nossos hospitais.

Agora, presidente, eu quero dar uma boa notícia a todos os brasileiros. Nós precisamos cada vez mais, em vez de incentivar a infração ou o delito, fazer com que as pessoas entendam que o caminho da prosperidade e da transformação é pela educação, é pelo trabalho, é pela ética. Ontem, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, a retirada da saidinha dos presos. Isso fará com que nós tenhamos mais segurança.

Hoje, conversando com o secretário de segurança, ele me falou que, dos 1.600 que saíram pela rodoviária esta semana, de 4% a 5% não voltaram. Nós estamos falando de quase 60 pessoas! É muita gente que não volta e fica na criminalidade. Porém, vêm o presidente da República e o ministro Flávio Dino falar que os pequenos delitos têm que ser humanizados? Meu Deus! Vejam a responsabilidade com os nossos jovens! O que é referência para o jovem? O jovem precisa ter referência para estudar! A menina precisa de referência para estudar! Ela não pode querer namorar com um traficante! Hoje esses valores estão sendo invertidos na nossa cidade e no nosso país.

Eu quero parabenizar o Senado Federal pela corajosa atuação na Secretaria de Segurança. Eles fizeram mais: colocaram esse projeto para ser tramitado em urgência, direto para o plenário. Dessa forma, nós vamos dar, sim, uma resposta à segurança do nosso país e vamos fortalecer a Polícia Militar, que, muitas vezes, está no front, com vários policiais militares sendo mortos por esses delinquentes. Porém, quando menos se espera, eles estão saindo pela mesma porta de um trabalhador policial.

Então, é uma grande resposta dizer que hoje a comandante Ana Paula, recebeu o comando geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Isso é muito bom, porque nós, mulheres, podemos ocupar onde nós quisermos ocupar, inclusive, podemos ser donas de casa! Inclusive, podemos fazer a opção de sermos donas de casa. Fico muito feliz quando uma mulher assume um cargo, porque a nossa responsabilidade é trazer a luz para as pessoas, para os homens, com mais humanidade, e também com a responsabilidade...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... com a responsabilidade do cuidado. Nós precisamos ter mais cuidado com o próximo. Esta sociedade está cada vez mais carente, mais só. Precisamos estar juntos.

Que Deus abençoe esta casa e contem sempre comigo para que possamos auxiliar o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Pepa. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, estou inscrito para fazer o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ok.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente desta sessão, deputado Ricardo Vale. Quero saudar a todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital ou pelo plenário. Desde já, desejo uma boa-tarde nesta primeira fala de retomada dos trabalhos legislativos em 2024.

O nosso gabinete quer fazer um balanço, entregar os números e prestar contas do que fizemos nesse primeiro ano de mandato nesta casa. Desde já, digo o desafio que foi para chegar até aqui novamente e conseguir virar esse ano com muita tranquilidade com o compromisso firmado com a população do Distrito Federal.

Quero dizer também que esse balanço nada mais é do que honrar um compromisso de

responsabilidade dos mais de 35.758 votos eleitos pelo Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, nesta casa somado à liderança neste momento do nosso grande líder deputado Fábio Félix com 5 anos nesta casa. Mais do que isso, novamente, eu gostaria de colocar a periferia no centro do debate das decisões de representar o nosso povo e a população nesta casa.

Quero dizer, presidente, que começamos o ano passado assumindo a presidência da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana e levando a missão de fiscalizar o sistema de transporte público do DF muito a sério e de ampliar esse debate, fazendo denúncias por meio de tudo isso, tentando melhorar a vida da população. Nós passamos 365 dias, 7 dias por semana, 24 horas falando do transporte. O governador esteve no lugar onde estou dizendo que é o maior desafio desta cidade. Nós estamos alertando isso a 365 dias. Isso vai piorar, porque não há saída para esse diagnóstico. Não estamos só reclamando, mas estamos apontando o futuro e caminhos que o Governo do Distrito Federal poderia fazer pelo bem dessa sociedade.

Deputado Fábio Félix, levamos o debate muito a sério. Houve mais de 3 horas de muito debate e houve muitas sessões com discursos no plenário só falando de transporte. Foram 126 ofícios enviados, solicitando informações e prestação de contas sobre os diversos temas que foram cobrados em 2014. Acompanhamos de perto a renovação da frota, hoje, da BsBus Mobilidade, da São José. Estamos cobrando e monitorando a renovação da Auto Viação Marechal e de todo o contrato do transporte público atualizado por mais 10 anos.

Realizamos 2 audiências públicas e 3 audiências pelo nosso gabinete sobre mobilidade urbana no DF. Foram 5 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, além de 614 indicações pela Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana.

Foram diversas ações realizadas pela CTMU que resultaram na criação de 24 linhas aqui no Distrito Federal e mais 15 linhas com mudança de itinerário e ampliações de horários – viagens para atender melhor à população. Isso pode parecer pouco para alguns, mas para quem roda em transporte público no dia a dia sabe muito bem a diferença que faz quando fazemos um estudo técnico.

Concluimos que às vezes é melhor esticar a linha um pouquinho mais num determinado horário para dar mais tempo e qualidade de vida para aquela pessoa chegar a sua casa, ao seu destino.

Quando se propõe a criação de linhas é exatamente porque o público mudou. Houve nova criação de cidade, houve aumento da grande massa periférica que ocupa a Universidade de Brasília, que antes não precisava de transporte público. O pátio do estacionamento de carros já mostrava muito bem a quem especificamente se destinava o uso naquela época. É melhor fazer com que as pessoas possam andar nos ônibus com menos tempo de parada.

Então, a criação dessas linhas foi fundamental. Essa ideia não surgiu da nossa cabeça, foi criada por meio da realização de audiências públicas, com a escuta ativa da comunidade, assim como foi no Sol Nascente e com os estudantes do IFB e da UnB aqui do Distrito Federal.

Nossa atuação não foi resumida só em transporte público. Nós fizemos questão de rodar cada região administrativa deste nosso quadrado e ouvir suas demandas. Quando não era eu quem estava lá, estava a nossa equipe de RA formada por pessoas dos territórios. Assim, atendemos e acolhemos as demandas da população e conseguimos destinar 24,5 milhões em emendas para a cultura, a educação, a assistência social, a saúde, o meio ambiente, a infraestrutura, a mobilidade e o transporte. Foram 71 escolas beneficiadas em mais de diversas RAs.

Isso vai ser importante. Um parlamentar não se faz sozinho, mas com a equipe. Eu quero parabenizar toda a equipe que compõe o nosso mandato, uma equipe politizada, técnica, pé no chão, que consegue mostrar os resultados, superar os desafios e que topou a missão de estar aqui conosco. Saúdo toda a equipe do gabinete porque esses números também fazem jus ao trabalho de cada um e cada uma.

Todo mundo aqui sabe o desafio que é o primeiro mandato para empenhar recursos, mas, com muita estratégia, com plano, com conversa, mandando recurso direcionado para quem tinha projeto licitado, com obra e com projeto técnico, dos 24 milhões, conseguimos empenhar 21 milhões de reais. Foi graças à competência de toda a nossa equipe que conseguimos apresentar 15 projetos de lei, dos quais 6 foram aprovados em primeiro e em segundo turnos nesta casa; 2 projetos de lei complementares; 5 propostas de emenda à lei orgânica e 7 projetos de decreto legislativo.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, presidente.

Conseguimos colocar a Semana Distrital no calendário do Distrito Federal. Eu quero honrar o

Grupo Câmbio Negro, que foi um dos primeiros grupos de rap – eu estou usando o boné deles agora – que, certamente, junto com outros artistas desta cidade, exportou o território e essa musicalidade para o país e para o mundo. Além de realizar a Semana Distrital, conseguimos também fazer com que o *hip-hop* se tornasse patrimônio cultural imaterial desta cidade e conseguimos criar um edital do Fundo de Apoio à Cultura destinado só ao *hip-hop*, um prêmio destinado às batalhas de MCs e um edital focado no grafite.

Também aprovamos um projeto de lei em defesa das mulheres para que elas tenham seus direitos e dados protegidos de seus agressores. Pudemos também relatar vários projetos de colegas desta casa. Quero destacar o PL nº 141/2019 e o PL nº 2.976/2022, de autoria do nosso amigo deputado Fábio Félix e do deputado Roosevelt, da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, que estende o passe livre a moradores integrados da nossa região metropolitana, a Ride. Nós sabemos muito bem que isso faz diferença para os estudantes que estão na região metropolitana

Para concluir, deputado Ricardo Vale, 2023 foi um ano de muita luta, e muita luta pelo transporte público de qualidade e pelo fim do sucateamento do Metrô-DF, entre outras. Nós sabemos que 2024 chegou e os desafios continuam.

Eu quero reafirmar, trazer de novo um debate de uma cidade não mais pelo centro, mas, sim, um debate da cidade pela periferia. Vamos lutar eternamente para que nós tenhamos um transporte digno e eficiente para cada um e cada uma.

Encerrando, gostaria de dizer àqueles que vão curtir o Carnaval com muita festança, com muita qualidade de vida, porque nós merecemos, que nós estaremos com o PSOL na rua, com a campanha organizada pelo Setorial de Mulheres do PSOL “Ela pediu para parar, parou”, contra o assédio.

A rua é nossa, mas o corpo é delas, o corpo é nosso, vamos respeitar. Então, qualquer assédio, qualquer denúncia, liguem 180. Seguiremos firmes e fortes. Um bom Carnaval a todos. Desejamos uma boa jornada em 2024 para todo mundo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel. Parabéns pelo seu mandato. Parabéns por estar prestando conta de tudo que vocês fizeram durante esse ano. É realmente um mandato de luta em defesa do povo do Distrito Federal.

Concedo a palavra agora, nos Comunicados de Parlamentares, ao nosso deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, uma ótima tarde, uma ótima tarde a todos os servidores da casa, a todos os deputados, deputadas, a você que assiste a nós.

Gostaria de dizer, presidente, que amanhã há previsão de entrega de várias longarinas para a UPA de São Sebastião. Eu tenho feito esse pedido junto ao nosso presidente do Iges. Longarinas são os bancos, as cadeiras. Realmente, os pacientes precisam receber essa atenção.

Também destinei mais de 1,5 milhão para a UPA de São Sebastião. Graças a Deus, já estão comprando os aparelhos. Em breve, haverá muitas notícias. Tenho cobrado, também, da própria Secretaria de Saúde, a construção do nosso tão sonhado hospital regional. Nós sabemos que é uma parceria, é recurso da bancada federal. Por isso, quero mais uma vez agradecer a todos os deputados federais, ao governo federal e ao próprio governo local. Sem o empenho deles, eu tenho certeza de que esse projeto de suma importância não iria sair do papel.

Hoje mesmo estive conversando com o governador Ibaneis Rocha e, se Deus permitir, em breve será licitada e irá começar esta obra que nós esperamos há mais de 30 anos: a construção do hospital regional de São Sebastião.

Também, presidente, quero pontuar e agradecer à nossa secretária da mulher, a Gisele. A Casa da Mulher Brasileira em São Sebastião já está, deputado Max Maciel, com a obra bem adiantada, graças a Deus. A previsão de entrega dessa grande Casa da Mulher Brasileira é para ainda neste ano. Quero agradecer ao governador Ibaneis Rocha, também à vice-governadora. Quero agradecer aos deputados federais por terem destinado o recurso e por terem escolhido, lógico, a nossa tão querida e amada São Sebastião.

Também quero agradecer o empenho a nossa secretária de Justiça, que ontem esteve comigo em São Sebastião. Eu a levei para conhecer o Morro da Cruz. Subimos o morro que deu o nome ao nosso querido bairro.

Eu já fiz uma indicação, presidente, para mais um conselho tutelar dentro de São Sebastião. Hoje São Sebastião soma mais de 20 mil moradores. A cidade tem crescido, precisa avançar e receber equipamentos públicos. Então, o Estado tem que acompanhar isso.

Quero dizer que o Roberto Medeiros, administrador de São Sebastião, tem se empenhado bastante com a equipe para poder deixar a cidade limpa. Eu quero agradecer ao DER, à Novacap, ao SLU e a todas as secretarias envolvidas esse trabalho que têm feito para deixar a cidade mais limpa, mais organizada. Pegamos uma cidade que estava há muitos anos abandonada. Não estou aqui para culpar ex-administradores, nem ex-deputados. Estamos aqui como representante escolhido pela população. O problema está aí. Precisamos buscar uma solução, ver o que é que podemos fazer para poder contribuir.

Estou fazendo o meu papel, que é destinar recurso e, ao mesmo tempo, fiscalizar e servir a população do Distrito Federal.

Então, quero aqui desejar um bom Carnaval à população do DF e que brinque com muita responsabilidade.

Que Deus nos abençoe hoje e sempre.

Obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde presidente, boa tarde aos parlamentares que ainda estão aqui. Boa tarde aos servidores, ao pessoal da imprensa que está aqui. Boa tarde a você que assiste a nós pela TV Câmara Distrital ou pelo YouTube.

Eu inicio, presidente, parabenizando a coronel Ana Paula Habka por ter assumido o comando da nossa Polícia Militar do Distrito Federal. Eu mando uma mensagem aos nossos policiais, a ela – coronel Ana Paula – e aos nossos policiais: os senhores são valorosos e o trabalho que os senhores realizam na nossa sociedade é muito importante e é muito admirado pela população do Distrito Federal.

Não se deixem levar pelas críticas que os senhores recebem, porque é uma minoria que critica e ataca vocês. É uma minoria barulhenta, é verdade, mas é apenas uma minoria. A maioria de nós, cidadãos de Brasília, admira e honra o trabalho de vocês. Eu parabenizo vocês desta tribuna e peço a Deus que continue iluminando o caminho e o trabalho de vocês e, em especial, o da coronel Ana Paula, que agora assume tão nobre missão de comandar a Polícia Militar do Distrito Federal.

Preciso também, presidente, abordar o assunto da dengue, que é um assunto que está infernizando a população do Distrito Federal e de algumas outras unidades da Federação.

Semana passada e esta semana nós discutimos, debatemos e ouvimos muitas soluções que o Estado pretende apresentar para a população. Eu lamento dizer o que vou dizer aqui, mas não vai funcionar. É tardio e não vai ter a eficácia que nós gostaríamos que tivesse.

Há um dado do Ministério da Saúde para o qual é imprescindível que nós nos atentemos, deputado Ricardo Vale: 75% dos focos de dengue estão dentro das casas das pessoas, o que significa dizer que a responsabilidade é mais individual do que coletiva. A responsabilidade individual das pessoas reflete no coletivo, mas é imprescindível que cada um de nós tome as atitudes que precisa tomar para que os mosquitos não se proliferem dentro das nossas residências. Há uma pessoa que pode fazer parar a epidemia que nós estamos vivendo: sou eu e é você. Se cada um de nós fizer o que está ao seu alcance para que o mosquito pare de se proliferar, nós interromperemos a epidemia a que estamos submetidos.

Como homens públicos, a Câmara Legislativa e o Governo do Distrito Federal estão fazendo o que é possível neste momento, mas é preciso que haja um agir em conjunto com a população e que cada um de nós tome as atitudes que precisam ser tomadas.

Por fim, deputado Pastor Daniel de Castro, eu preciso fazer alguns apontamentos quanto ao que se tem visto no Brasil de maneira geral.

O que aconteceu no Brasil em 2022 foi um verdadeiro estelionato eleitoral. O presidente Lula foi numa direção durante a sua campanha eleitoral e, no seu governo, ele faz o exato oposto daquilo a que se comprometeu.

Eu começo por um assunto que é importantíssimo e que toca cada um de nós, o assassinato de crianças no ventre das mães.

Lula passou a campanha inteira dizendo que era contra o aborto, e o Ministério da Saúde do Lula tirou o Brasil do pacto internacional contra o aborto e tem trabalhado para legalizar o aborto, tanto por meio de políticas públicas, quanto por meio de decisões judiciais. É uma vergonha. É assassinato de crianças.

Não é só! No governo Lula, há uma espécie de confraternização, uma espécie de união entre o Executivo e o Judiciário. E parece que há uma tentativa de apagar o passado.

Semana passada, houve 2 perdões de dívida de 2 empresas, uma delas pertencente à família Batista. Foram perdoados 10 bilhões de reais em acordo de leniência que as empresas da família Batista haviam celebrado pelos roubos que perpetraram no Brasil junto com o governo PT, nos governos anteriores. A Odebrecht foi perdoada em 8,5 bilhões de reais. É como se não tivesse havido a corrupção e como se esse perdão fosse fazer com que a população esquecesse o que aconteceu.

A população brasileira... Parece que nós somos levados a nos esquecer do que aconteceu. Não vamos.

As decisões são do ministro Dias Toffoli. As decisões me fizeram lembrar de uma capa da revista *Veja*: O amigo do amigo do meu pai. Nós nunca vamos saber se é verdade ou não.

O Brasil está submetido de novo ao mesmo governo.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu vou pedir mais 2 minutos, deputado Ricardo Vale, por favor.

O Brasil está submetido, de novo, ao mesmo governo, e são as mesmas práticas. O presidente Lula acabou de dizer que, durante a campanha, os candidatos colocam o pobre no discurso e depois governam para os ricos.

Sabem o que acontece no Brasil hoje? Sabem o que aconteceu no Brasil durante os 16 anos em que o PT governou o Brasil? Eles discursavam para os pobres e governavam para os ricos. Governavam para a OAS, governavam para a Odebrecht, governavam para a família Batista. E o Brasil empobreceu. As empresas, no Brasil, fecham sem parar. Hoje, o desemprego está batendo na porta de milhões de brasileiros de novo. O Brasil freia o seu ritmo de crescimento econômico. E o que o governo faz? A mesma coisa que fazia. Pega dinheiro do BNDES e escolhe quem ficará rico.

Nesta semana, a Volkswagen, uma grande empresa, uma empresa de ricos, teve aprovado o empréstimo de 500 milhões de reais do bolso do pagador de imposto, dinheiro do BNDES. É a mesma prática que nós vimos. É o governo escolhendo quem vai ficar rico às custas do dinheiro do povo, do pagador de imposto. Não funcionou. Não vai funcionar. O caminho é a ruína. O caminho é a pobreza. O caminho é o desemprego, é a miséria. E nós precisamos interromper isso. Nós não podemos tolerar que essas mesmas práticas se repitam.

O que está acontecendo no Brasil hoje foi objeto de um livro escrito por dois jornalistas da Rede Globo: João Gomes e Miriam Leitão. O nome do livro é: *O Caminho do Desastre*. Se não é o caminho do desastre, é algo muito parecido com isso. Eles descortinaram o que aconteceu durante os dois governos da presidente Dilma, para mostrar por que o Brasil teve, naqueles dois governos, uma recessão pior do que a recessão da pandemia. E o que foi feito naqueles dois governos é exatamente o que se pretende fazer agora. É essa doutrina desenvolvimentista, como se o Estado fosse indutor da economia. Não é. Vai induzir pobreza, vai induzir desemprego, vai induzir miséria.

O Brasil foi vítima de um estelionato eleitoral. Lula continua governando para os ricos e vai continuar empobrecendo os pobres, porque precisa deles para se eleger de novo.

Obrigado, presidente.

Boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Boa tarde.

Ainda nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu participei hoje, já que fui convidado pessoalmente aqui nesta casa, da transmissão de cargo do coronel Adão para a comandante Ana Paula Barros. Ela veio me convidar pessoalmente, e eu

compareci. Por que eu compareci? Porque ela é filha de um grande policial que houve nesta cidade, o coronel Chagas, que foi comandante da Polícia Militar em Ceilândia nos momentos difíceis daquela cidade. Ele sempre foi um grande policial.

Eu tenho certeza de que a força da mulher brasileira – a força, a coragem e a determinação da comandante Ana Paula – vai fazer com que a Polícia Militar do Distrito Federal trilhe o caminho da democracia, que é o que interessa a todos nós.

Eu quero transmitir a minha saudação a ela por estar assumindo o comando. Depois eu vou marcar com ela uma ida da nossa bancada para homenageá-la por esse cargo tão importante que ela está assumindo. Portanto, fica aqui a nossa saudação a esse momento que vive a Polícia Militar do Distrito Federal.

Presidente, eu não posso ficar calado ouvindo determinadas falas que são feitas aqui pela extrema direita brasileira. As pessoas afundaram o Brasil. Está provado que havia uma quadrilha montada no Palácio do Planalto. A Abin paralela estava ouvindo e investigando a vida das pessoas de esquerda. Mesmo seguidores do Capioto foram inspecionados e investigados.

Não há um projeto do Capioto neste país. Eu desafio, neste momento, presidente, deputado Ricardo Vale, algum apoiador do Capioto a me dizer uma universidade construída pelo Capioto no Brasil. Aponte-me uma. Só quero uma, só uma universidade em qualquer lugar do Brasil durante 4 anos. Aponte-me um hospital público construído pelo Capioto durante 4 anos. Só quero 1. Não quero mais de 1, só 1. Não há.

O que nós vimos? As montadoras, como a Ford e outras, foram embora do Brasil, durante o governo do Capioto, porque elas não acreditavam mais no Brasil. Agora estamos vendo os investimentos que estão sendo feitos por empresas multinacionais aqui, no nosso território, na geração de emprego.

Nós estamos com a menor taxa de desemprego pesquisada pelo IBGE, exatamente agora, na gestão do governo do presidente Lula. Estamos com um crescimento da massa salarial, que é o que nos interessa. As pessoas estão ganhando mais e, portanto, estão comendo mais.

Há diminuição da inflação. Quanto custava 1 litro de leite no governo do Capioto? Dez reais. Mas a extrema direita aplaudia. Quanto custava o litro de gasolina no governo do Capioto? Chegou a quase 10 reais. O que fez o Capioto para tentar engabelar o povo? Tirou o ICMS da gasolina, dizendo que era para diminuir o preço, num estelionato eleitoral. E, agora, o governo federal teve que socorrer os estados com 27 bilhões de reais para reposição do ICMS. Os governadores ainda tiveram que vir – inclusive o governador Ibaneis veio – a esta casa para tentar aumentar o ICMS, devido ao estelionato que havia sido praticado pelo Capioto.

Tentaram dar o golpe e não conseguiram. Atacam as instituições a cada momento, inclusive o Supremo Tribunal Federal. Agora, vem o representante da extrema direita nesta Casa dizer que há conluio entre o Judiciário e o Executivo. É de uma insanidade! É algo, realmente, insano o que é dito.

Nós vamos continuar enfrentando as práticas do Capioto com o nosso partido, de 44 anos de idade. Os seguidores do Capioto, a qualquer momento em que subirem a esta tribuna para mentir...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ... serão desmascarados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, estou inscrito. Vou falar daqui mesmo.

Primeiramente, quero falar do Carnaval no Distrito Federal, que começa na próxima sexta-feira, dia 9.

Eu sou um deputado, uma pessoa que gosta muito de Carnaval. Inclusive eu já fui, deputado João Cardoso, da bateria da Escola de Samba Bola Preta, de Sobradinho. Com 12 anos, 13 anos, ali eu aprendi a tocar repique e outros instrumentos. Então, eu conheço um pouco da importância que tem a cultura do Carnaval, da importância que ele tem para a inclusão social.

Infelizmente, acabaram com os desfiles de escolas de samba no Distrito Federal. Foi um grande erro do Estado parar de incentivar essas escolas de samba, porque eu conheço algumas delas e eu sei do trabalho social que ocorre nelas durante todo o ano, eu sei da geração de emprego, eu sei da importância que tem o Carnaval como instrumento de fomento à cultura, de inclusão. É uma pena que o Carnaval das escolas de samba, neste ano, não pôde acontecer, mas haverá o Carnaval de rua, que começa na sexta-feira.

Ficamos preocupados porque estamos acompanhando, no Distrito Federal, a quantidade de mulheres que são vítimas de violência, que sofrem todo tipo de assédio. Provavelmente, no Carnaval, que é uma festa popular, que é uma festa alegre, que é uma festa em que as pessoas têm o direito de ir à rua se manifestar, maus elementos, pessoas – principalmente homens que bebem demais nesses desfiles – acabam assediando e violentando as mulheres. Então, é preciso que a Secretaria de Segurança Pública tenha uma ação planejada e efetiva para evitar esse tipo de coisa. Tem de dar proteção aos foliões para que eles possam se divertir em paz.

Muitas famílias saem para rua, famílias inteiras saem nesses blocos, é preciso que o Estado se encarregue de cuidar da proteção dessas pessoas, e não faça o que eu já vi em outros carnavais. No ano passado, vi o Estado mandar a Polícia Militar reprimir os foliões, acabar com o Carnaval antes do combinado com os blocos, dispersar, inclusive, com violência, com gás de pimenta.

É preciso respeitar quem gosta de Carnaval, quem sai para o Carnaval, quem ganha o seu pão com o Carnaval. O Estado tem de dar as condições para esses foliões, para o pessoal se divertir.

Aqui no DF, só para vocês terem uma ideia, uma pesquisa do Instituto Locomotiva e do QuestionPro, feita com mulheres que querem ir ao Carnaval, constatou que 70% dessas mulheres estão com medo de sofrerem assédio, de sofrerem violência. Olhem aonde nós chegamos. As pessoas têm direito a se divertir. As mulheres têm direito de ir à rua, de curtir o carnaval, mas elas estão com medo – com medo! –, porque todo dia estamos vendo casos e mais casos de violência contra as mulheres.

A Secretaria de Segurança precisa, efetivamente, de um planejamento. Espero que a Ana Paula e o próprio secretário Sandro Avelar estejam trabalhando sobre isso para dar e garantir conforto aos foliões para se divertirem de forma muito tranquila.

Além das mulheres, a comunidade LGBT também sofre muito com a violência, com a falta de respeito, com a intolerância, por conta desses discursos de ódio que escutamos por aí, principalmente da extrema direita, que não para de inventar *fake news*, que não para de mentir, não para de tentar, a todo momento, enganar a população com uma série de mentiras. Um deputado aqui acabou de falar que o Lula quer incentivar o aborto no nosso país. Olha que absurdo! Mas depois eu falo sobre isso.

O nosso gabinete, que sempre aproveita o Carnaval para fazer ações de conscientização, vai também, deputado Max Maciel, às ruas, mais uma vez, com a campanha contra o assédio, contra a violência à mulher. Estamos com a campanha que se chama Carnaval Equivale a Alegria e Respeito. Nós vamos, já a partir de sexta-feira, fazer na rodoviária um trabalho de conscientização das mulheres que são vítimas de violência doméstica. Que qualquer mulher ou qualquer homem que saiba de uma mulher que esteja sofrendo assédio denuncie. A denúncia é muito importante para evitar o ápice da intolerância e da violência, que é o feminicídio. Vamos estar aí com o bloco do Vale, andando, participando dos blocos durante 4 a 5 dias do Carnaval. Queremos levar essa mensagem de paz, de amor, de tolerância, de respeito, principalmente para com as mulheres que gostam e estarão no Carnaval.

Para finalizar, eu falava aqui sobre as *fake news*, sobre o discurso de ódio ainda da extrema direita. Infelizmente o Bolsonaro perdeu, mas o discurso continua, a estratégia continua, as mentiras continuam. É impressionante vir falar aqui que o Lula defende o aborto, usar o plenário aqui para dizer que o Lula incentiva o aborto, que o PT e a esquerda incentivam que as pessoas usem drogas, que defendemos que todos os banheiros de todos os lugares virem unissex – tanto faz homem e mulher usar o banheiro –, que nós somos comunistas, como se comunista fosse...

Até quando? Até quando? Inclusive pessoas religiosas usam o nome de Deus para enganar outras pessoas, para desviar o foco. Usam essas pautas de costumes para desviar o foco do que é o essencial na política, que é discutir saúde, segurança, mobilidade, educação, emprego para as pessoas.

Eles insistem em mentir, em usar *fake news*, insistem em enganar a população. Nós, democratas, que combatemos esse tipo de discurso de ódio, vamos ter de intensificar, deputado Max Maciel, vamos ter de fazer um contraponto mais firme a esse tipo de coisa, porque infelizmente há muita gente ainda sendo enganada aqui nessa cidade e em todo o país.

Vamos ter de combater a todo momento, vamos ter de intensificar o combate, porque é inadmissível que esse contingente de pessoas bem intencionadas sejam enganadas nas igrejas, sejam enganadas nas escolas, sejam enganadas em tudo quanto é lugar.

Precisamos usar a cultura, o esporte, para tirar esse pessoal desse ataque que é feito do ponto de vista psicológico, principalmente nas igrejas. É impressionante como a extrema direita tomou conta

de várias igrejas. Conquistaram ou compraram lideranças comunitárias e religiosas, por incrível que pareça, para disseminar o ódio, a intolerância, a mentira, a *fake news*.

Isso é muito ruim para a nossa democracia, isso é muito ruim para o país. Então, fica aqui o meu repúdio a esse tipo de discurso de ódio, que precisa acabar de uma vez por toda em nosso país e no mundo, porque esse fenômeno não começou aqui, ele veio de fora. É uma estratégia que existe mundialmente, que chegou ao Brasil. E a extrema direita, através do Bolsonaro, se utilizou disso. Há muita gente no meio político se utilizando ainda desse discurso de ódio, e nós precisamos combatê-lo.

Era isso que eu tinha a dizer.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. Vossa excelência quer falar daí mesmo?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Peço a V.Exa. para falar daqui mesmo. Já falei da tribuna. Acho que daqui fica bacana!

Primeiro, gostaria de dizer o seguinte: eu caí na audácia de falar nesta tribuna alguns nomes dos nossos líderes que estão em seus congressos, trabalhando com seus jovens. Naturalmente o telefone aqui já tocou, e eu esqueci de alguns.

Então quero cumprimentar o apóstolo doutor Márcio Mendes, da igreja de vossa região, Planaltina – não é Sobradinho, é Planaltina –; o pastor Wellington, de Santa Maria; o pastor Amado, da Rota do Cavalo e do Café Sem Troco; o pastor Jeová de Aquino, de Taguatinga, da Igreja Batista Ebenézer; o bispo Exedito, da Igreja de Deus; o pastor Oséias, da Assembleia de Deus Gama Leste; o apóstolo Mariano, da Ceprodeus, de Ceilândia, que tem um trabalho extraordinário, uma história de vida maravilhosa; o pastor Keison Batista, da Filadélfia de Taguatinga; o pastor Josimar, do Conselho de Pastores. Há um pastor aqui importante, presidente, ouça-me aqui só um minutinho. Olha o nome desse pastor: pastor Ricardo Vale Vasconcelos, do Ministério da Graça. O pastor Ibi, do Núcleo da Fé; o pastor da Mundial do Poder de Deus.

Presidente, pensando nisso e até analisando a fala de V.Exa. e dos deputados da esquerda que fazem uma defesa sobre a questão do Carnaval – o que é por vocês muito justa também –, eu fico olhando o quanto o Carnaval recebe dinheiro do estado. São milhões e milhões.

Não estou dizendo aqui que eu seja contra não. Só que, quando, presidente, falamos de evangélico ou de católico, ou de evento cristão – deixa eu falar a V.Exa. –, somos proibidos de receber dinheiro por uma falácia chamada “o Estado é laico”. Mas para o Carnaval pode, para outras coisas pode. Eu acho que todos somos iguais, pode todo mundo.

Nesse quesito, eu quero trazer para todos – e fiz questão de falar os nomes dessas lideranças – que eles terão em mim um defensor árduo. Eu protocolei um projeto de lei nesta casa que declara o gospel como patrimônio cultural do Distrito Federal – o gospel também é cultural –, para que possamos liberar recursos para esses eventos, porque esses eventos salvam vidas.

Então é muito importante, muito importante mesmo.

Outrossim, presidente, não querendo polemizar a fala de V.Exa., e nem vou falar isso aqui, porque estamos chegando no final de semana, mas falar de *fake news*, falar de discurso de ódio...

A extrema esquerda também tem um discurso de ódio pesado. Jogavam bola com a cabeça do Bolsonaro, presidente. Jogavam bola com a figura da cabeça do Bolsonaro. Eles pediram a morte do Bolsonaro. Bolsonaro “era genocida”. E olhem que, entre a declaração da covid-19 e a vacinação da primeira pessoa brasileira, foram 45 dias! Deixem-me falar uma coisa: não é este um governo genocida também? Em março do ano passado, a Anvisa liberou a vacina da dengue. Cadê a vacina da dengue, que não chega?

Discurso de ódio, *fake news*, presidente? Com a máxima vênia, deixe-me falar: o maior *fake news* do Brasil trabalhou para o PT! Mindy8, Choquei, 400 *influencers* digitais que tinham acesso a 1 bilhão e meio de pessoas, propagando *fake news* do governo que aí está!

E pior, presidente, não esqueçamos: a Jéssica se suicidou por causa de *fake news* do Choquei. Fico estarecido! Foi ela para o processo de *fake news* do Supremo Tribunal Federal? O dono das *fake news* e do Choquei foi, por acaso, figurar no inquérito das *fake news*, que começou em 2019? Houve mandado de prisão preventiva contra esse povo?

Eu penso assim, presidente: sou contra qualquer tipo de *fake news*, qualquer tipo de discurso de ódio dessas extremas... Mas deixe-me falar: o que vale para um vale para o outro também, presidente. Há muito ódio na extrema esquerda.

Olhe a fala do seu presidente, o presidente Lula: "O amor venceu o ódio". Pegue a fala dele com relação ao que está acontecendo com crianças hoje no Brasil. Até ele se contradiz. É que, vira e mexe, o presidente Lula faz umas falas que discriminam as mulheres, os menos favorecidos. Então, temos que ter muito equilíbrio quando falamos nesta casa também.

Eu discordo do radicalismo. Não quero entrar nesse radicalismo, mas, de coração, há 1 ano e 2 meses, o presidente Lula é presidente desta nação. Há 1 ano e 2 meses, o Lula fala mais em Jair Messias Bolsonaro do que em Luiz Inácio Lula da Silva.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – O presidente está governando, está viajando – ele gosta de viajar muito –, mas não podemos esquecer: 280 bilhões de déficit em 1 ano de governo, e pegou o governo com 55 bilhões de superávit. Acho que existem algumas coisas erradas que precisam ser pensadas.

Temos que ter equilíbrio na fala. Admiro V.Exa., que, para mim, é um dos deputados mais equilibrados desta casa, mas fica aqui o meu repúdio a essa extrema esquerda de ódio, de "o amor venceu o ódio". Que amor é esse? O amor que mata? O amor que...

Eu estava olhando uns vídeos. Há ameaças de morte, "Bolsonaro tem que estar morto", "Bolsonaro tem que estar preso". Estão investigando o Bolsonaro há 6 anos. Por que não o prenderam ainda? Porque não há crime, não é, presidente?

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, demais colegas, vim a esta tribuna hoje porque, ao longo desta semana, vimos um caso, no Distrito Federal, que muito me chamou a atenção: pessoas com autismo não conseguiram tomar posse em um concurso do Distrito Federal. Elas passaram, estudaram, conseguiram as notas necessárias... Minto. De fato, alguns conseguiram tomar posse, mas, depois, tornaram sem efeito a posse dessas pessoas.

Eu queria, publicamente, pedir para que tenhamos mais sensibilidade. A Subsaúde e o governo precisam ter essa sensibilidade, esse olhar, para que consigamos garantir o direito para essas pessoas. Não podemos mais ver isso no Distrito Federal, na capital do Brasil, num lugar que queremos que seja referência em acolhimento, em atendimento a todos, em respeito ao próximo, esse tipo de situação acontecendo.

Eu mesmo faço questão e vou protocolar nesta casa um projeto de lei, com a alteração da Lei nº 840/2011, para que isso não aconteça nunca mais. E para que não exista dúvida com relação à situação de as pessoas com autismo poderem tomar posse nos concursos no Distrito Federal.

Hoje, existe uma dificuldade muito grande de as pessoas – que não entendem sobre essa causa, não entendem o que essas pessoas passam – aceitarem a condição ou a dificuldade que os autistas podem ter e, também, as condições que elas têm de realizar os seus trabalhos.

Eu queria deixar essa minha fala, esse pedido especial, trazendo à tona esse assunto. Hoje, o TJDF, por unanimidade, garantiu posse a uma dessas pessoas, sendo justo, fazendo justiça, mas é importante que não tenhamos que chegar a essa esfera e que as pessoas não tenham que judicializar, brigar na justiça por esse direito. É um direito natural, que já deveria ter sido atendido pelo governo. São pessoas que estudam, se dedicam e merecem oportunidades, como todas as outras.

Nós não podemos excluir as pessoas com autismo das políticas de inclusão, nem do trabalho, da condição de produzir e de poder cuidar da sua família e do seu lar no Distrito Federal. Quero deixar essa minha fala nesse sentido, pedindo para que o governo tenha mais sensibilidade e que possamos sempre trabalhar nesta casa em respeito às pessoas, buscando a igualdade para todos.

Obrigado e um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra o deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, cumprimento V.Exa., todos os deputados e deputadas presentes, aqueles que assistem a nós e as assessorias.

Presidente, eu venho falar também sobre a questão do concurso público do GDF para provimento do cargo de professor da Secretaria de Educação. Logo que começou a convocação, todos aqueles que me procuraram eram PcD, pessoas com deficiência. Eu achei muito estranho estarem me procurando, dizendo que a Subsaúde da Secretaria de Planejamento, a Seplad, não estava considerando os laudos deles como pessoas com deficiência.

Como eu achei estranho aquilo, pedi os laudos, eles os mandaram para mim, várias cópias, e pedi para pessoas técnicas verificarem esses laudos, eles falaram: "Realmente essas pessoas são PcD". São pessoas que têm carteirinha, inclusive emitida pelo GDF como PcD. Por quê? Porque o laudo foi apresentado, e o GDF emitiu a carteirinha deles como PcD. Eles passaram pela banca examinadora, passaram pela pré-seleção em que foram considerados PcD. Passaram pelo psicossocial: PcD.

Tudo bem. Fizeram o concurso e na cota. Só que, quando foram se apresentar à Subsaúde, da Seplad, os técnicos médicos que lá estavam simplesmente disseram que muitos não eram PcD. São pessoas com visão monocular, pessoas com problemas de audição, pessoas autistas e por aí vai. Vários tipos de pessoas com deficiência.

Pedi para montarem um grupo. Esse grupo, presidente, cresceu e simplesmente chegou a mais de 120 pessoas na mesma situação. O que foi orientado inicialmente, obviamente, foi que eles iniciassem o processo judicial. O que eu fiz, paralelamente a isso? Entrei em contato com a Secretaria de Educação. De fato, a Secretaria de Educação não tem nada a ver com essa questão. Por quê? Porque o exame admissional daqueles que passaram no concurso público é feito na Seplad, na Subsecretaria de Saúde. Muito bem, agradeço ao pessoal da Secretaria de Educação, que realmente não tem nada a ver com isso, e entrei em contato com a Seplad, sob o comando do secretário Ney, como também da subsecretária Ledamar, que sempre nos atendem muito bem. "Olhe, deputado, é um parecer médico e nós não podemos contestá-lo." Exatamente. Só que essas PcDs chegaram lá com laudos médicos. Isso está acontecendo dentro da Subsecretaria de Saúde, e eu não vou culpar x ou y, porque é uma questão de entendimento médico.

Orientamos essas pessoas a entrarem com ação judicial, porque há um detalhe incrível. Pasmem! Professores, deputado Max Maciel, que fizeram concurso, foram aprovados, não estão sendo admitidos porque estão dizendo que não são PcDs. Eu pergunto a V.Exa., deputado Ricardo Vale, existem os contratos temporários de professores, não existem? Neles, estão sendo admitidos como PcD. Como é que, para contrato temporário, o candidato professor é admitido como PcD e, como efetivo, aprovado no concurso, ele não é PcD? É algo muito estranho.

Eu peço que o Governo do Distrito Federal e a Seplad verifiquem o que aconteceu, o que está acontecendo na Subsaúde, porque essas pessoas chegam lá com laudos, com documentos de que são pessoas com deficiência, e não estão sendo admitidas. Eu também questiono por que, no contrato temporário, a Secretaria de Educação aceita o professor como PcD e agora não o aceita. É o mesmo professor, vai dar aula para o mesmo aluno.

Peço que o governo verifique isso, faça justiça a esses que possuem a condição de pessoa com deficiência, e os respeite. Agradeço a V.Exa., agradeço a todos aqueles que nos escutam.

Presidente, quero anunciar que acontecerá agora, neste final de semana, que é o final de semana do Carnaval, o 38º Rebanhão. O que é o Rebanhão? É um ato de evangelização que uma das vertentes da Igreja Católica, por meio da Renovação Carismática Católica de Brasília, realiza todos os anos, no período do Carnaval. Todos são convidados a participar.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – A entrada é franqueada, é grátis. É feita uma evangelização durante 3 dias: no dia 11, domingo; dia 12, segunda-feira; dia 13, terça-feira de Carnaval. As pessoas que querem realmente receber uma palavra de vida, receber uma palavra de alegria, podem participar rezando.

Agradeço muito à Igreja Católica por ter mantido isso. Agradeço também ao Governo do Distrito Federal. Tivemos algumas divergências, algumas dificuldades. Agradeço ao secretário José Humberto, ao secretário Cristiano Araújo – secretário de turismo – e também ao governador Ibaneis Rocha, porque o Rebanhão, mais uma vez, vai ser realizado e, graças a Deus, com uma magnitude bem diferente, porque eu pude aportar a emenda parlamentar que vai fazer esse Rebanhão acontecer de uma forma muito boa por meio da Oassab, que é uma organização social da igreja católica aqui em Brasília.

Sabemos que aqueles que estiverem lá receberão uma palavra de vida. O tema é um tema até

parecido com o Carnaval. Dizem que o Carnaval é para se alegrar. Bom, espero que se alegrem e que encontrem na vida também uma forma de se divertir, de se alegrar. O tema é: "Alegraram-se ao ver o Senhor", João 20:20. Ao ver o Senhor ressuscitado... E que Senhor é esse? Esse Senhor que aqui está presente, Jesus Cristo, de braços abertos, vivo, amando a todos nós, aos foliões que estarão nos blocos, àqueles que estiverem nos carnavais de rua e também àqueles que estarão procurando a palavra de Deus no Rebanhão.

Parabenizo aqui o Toninho, que é o responsável hoje pela renovação carismática católica de Brasília, por ter se dedicado tanto. Foi muito trabalho para chegarmos a realizar esse Rebanhão, que recebeu emenda parlamentar. Teremos 3 dias de evangelização. Você que me escuta está convidado a participar e receber essa palavra, que é água viva, que dá a vida, que é Jesus Cristo na sua vida e na minha vida.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero falar só porque, antes da minha fala, houve uma fala aqui, e eu tenho um compromisso que carrego na minha história. Fiz questão de ficar até aqui para fazer esse contraponto.

Nós assistimos aqui, durante a CPI, parlamentares virem a esses microfones e defenderem, por exemplo, que vários presos que atentaram contra a democracia no Distrito Federal, no Brasil como um todo, não deviam estar presos. Tinham que estar respondendo em casa ou sequer deveriam estar lá, porque a situação do presídio era degradante e eram pais de família.

Nós temos hoje no Brasil uma onda de parlamentares que são contra as saidinhas. A saidinha não foi invenção da cabeça de ninguém. A saidinha, em 1984, foi criada exatamente para aqueles detentos que já cumpriram o regime fechado, estão no semiaberto e estão próximos de serem liberados à rua. É um teste para saber se aquela pessoa de fato tem condições de conviver em sociedade e – detalhe – com o controle mínimo do Estado.

Para quem não sabe, a pessoa fica um final de semana em casa, e um órgão da secretaria vai à casa dela em um determinado horário para saber se ela está lá. Não quero dizer que eu estou concordando com o crime que ele cometeu, mas essa é a forma de sabermos se aqueles ali têm condição de sair.

O Brasil não tem prisão perpétua. A maior punição do Estado democrático nesse país para uma pessoa que cometa um delito é sua privação de liberdade. Garantir sua condição de retornar é papel do Estado, que deve ressocializá-lo e devolvê-lo à comunidade.

Presidente deputado Ricardo Vale, eu tenho um problema com quem abandona a racionalidade, com quem perdeu o compromisso com dado, com informação, com quem não traz um apontamento. Há 1.800 pessoas que são soltas no Distrito Federal, 23 não voltam.

Eu não estou dizendo que 23 na rua é uma coisa boa, não, mas há mais de 1.700 que voltam para o inferno. Porque a pessoa sabe que, se for achada de novo, ela não garante mais esse tipo de benefício. Ela vai ter que cumprir, sim, exatamente o regime fechado. Vai cumprir pena na mesma prisão em que estavam aqueles detidos que parlamentares vieram dizer aqui que tinham que ser soltos.

Não podemos ter fala contraditória. Ou vai para todo mundo ou não vai somente para o meu bloco de interesse. Aquele que cometeu um delito que pague, mas pague dentro do que está estabelecido em lei.

Esse projeto contra saidinhas é só para jogar para a plateia, isso não educa nada. Cerca de 42% dos presos brasileiros sequer foram julgados. Estão pagando pena e nem sabem se são condenados ou não. Quando falamos sobre menor potencial ofensivo, é porque a maioria dessas pessoas que estão detidas não cometeu crime hediondo, latrocínio. São pessoas que foram flagradas com 50 gramas de um entorpecente, deputado Ricardo Vale, ou que cometeram pequeno furto, cuja reparação do dano à vítima daria muito mais resultado do que custar 3 mil, 4 mil reais por mês para o governo brasileiro.

Há um juiz da Vara de Execuções Penais do Amazonas que diz que o jovem, por uma série de problemas capitalistas, de descentralização de renda, por consumo exacerbado, por ausência de escola,

comete uma burrada. Queremos botar o jovem na escola, mas não há escola. Há professor, mas não foi nomeado. A mãe quer ter tranquilidade, sai de casa para poder cuidar do filho dos outros e deixa o dela sem ninguém, porque não há creche, não há nada. Essa é a realidade do país e do Distrito Federal como um todo.

Um burrão faz isto: rouba um Samsung. E nós pagamos um iPhone por mês para mantê-lo na cadeia. Não conseguimos pagar um iPhone para ele frequentar uma escola boa, para ter acesso a inglês, para poder usar uma vila olímpica, para aprender música, informática. Isso não conseguimos garantir para ele. Só quando ele cai no sistema penal é que o Estado o reconhece e começa a lhe garantir direito, porque não conseguimos garantir direitos aqui fora.

Eu quis fazer esses apontamentos só para termos compromisso com a verdade e com o Estado que queremos apresentar, porque, se a saidinha não vale, então, todos aqueles que estavam lá, cometendo delito, não deveriam ter saído, ter ganhado liberdade. Não era para haver tornozeleira eletrônica. Era para todo mundo continuar comendo a carne de monstro dentro do sistema, passando o perrengue dentro de uma sala e aguardando o bom tempo da justiça brasileira de julgá-los.

Só queria fazer esse comentário para termos isso no radar, porque eu tenho um compromisso. Eu vim aqui para defender que benefício tem que ser para todo mundo, e não seria neste momento, que estão apresentando uma proposta dessa ao país, que eu faria o contrário.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos para a Ordem do Dia.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, desculpe-me interromper, mas há uma informação importante que acabou de sair aqui no *Metrópoles*. O DF vai vacinar contra a dengue nesse final de semana em 36 locais.

Teremos 36 pontos de vacinação contra a dengue, aqui no Distrito Federal. Então, os que assistem a nós, entrem nas redes sociais e encontrem a relação. Serão 194 mil vacinas para a primeira dose. É muito importante a comunidade saber disso para se vacinar e se proteger contra a dengue.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado.

Boa noite a todos.

Não havendo quórum para votação e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h54min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
GDF – Governo do Distrito Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OAS – Grupo OAS: Olivieri, Araújo e Suarez
Oassab – Obras de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília
PcD – Pessoa com deficiência
Seplad – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração
Subsaúde – Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do**

